

HABEAS CORPUS Nº 502.085 - RJ (2019/0093457-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ZOSER PLATA BONDIM HARDMAN DE ARAUJO
ADVOGADO : ZOSER PLATA BONDIM HARDMAN DE ARAUJO -
RJ0142478
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO
PACIENTE : MARCO AURELIO FERREIRA SILVA

DECISÃO

Contra o indeferimento da liminar proferida pelo Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no HC n. 0013725-90.2019.8.19.0000 (fls. 162/165), preservando a custódia cautelar, impetra-se *habeas corpus* em favor de **Marco Aurelio Ferreira Silva** – denunciado, juntamente com outros dezoito corréus, na denominada *Operação Lázaro*, como incurso nos crimes descritos no art. 299, parágrafo único, do Código Penal, no art. 2º, § 4º, II, da Lei n. 12.850/2013, todos na forma do art. 69 do Código Penal (fls. 46/127) -.

Neste Tribunal Superior, o impetrante sustenta, em síntese:

a) superação da Súmula 691/STF;

b) abuso do poder de denunciar, visto que, *in casu*, ao invés de denunciar o paciente apenas pela suposta prática de um único delito tipificado no artigo 299 do Código Penal, em razão do questionamento do conteúdo do ofício por ele assinado no ano de 2011, o Parquet introduziu o paciente numa organização criminosa, tipificando, inclusive, na Lei n. 12.850/2013, a qual sequer existia na época dos fatos (fl. 9); além disso, Marco Aurélio deixou de trabalhar no cartório em abril de 2012, fato esse que é de pleno conhecimento do Parquet, e, mesmo assim, o denunciou como se o mesmo ainda estivesse em plena atividade, chegando ao absurdo de afirmar que o Marco Aurélio exerce a atividade notarial há 10 anos, conforme se verifica da página n. 71 da denúncia (fl. 9);

c) desnecessidade e desproporcionalidade do ato prisional: os fundamentos esmaltados no édito prisional NÃO se aplicam ao paciente; o Magistrado singular

indicou eventuais condutas que, em tese justificariam a decretação da custódia em desfavor dos elementos nominalmente indicados no decreto prisional; porém, não há como estender estes fundamentos a situação fática do paciente, uma vez que não exerce função notarial desde 19 de abril de 2012, data na qual deixou de trabalhar no referido cartório (fl. 13);

d) ausência de contemporaneidade: *a imputação versa sobre suspeita de que o paciente teria assinado um ofício falso, a qual encontra-se acostada às fls. 339 dos autos; ora, **o documento questionado é datado de 21 de outubro de 2011, ou seja, foi assinado há 7 (sete) anos e 5 (cinco) meses atrás** (fls. 15/16);*

e) **não** *há indicação no decreto acerca da necessidade da prisão do paciente, havendo apenas a equivocada afirmação de que o mesmo ainda exerce atividade notarial, como se este fato fosse um dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Ritos (fl. 19); e*

f) *possibilidade de substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares alternativas diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, eis que mais adequadas ao caso concreto (fl. 19).*

Ao final, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, com recolhimento do mandado de prisão expedido. Alternativamente, pede a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas.

Estes autos vieram a mim por prevenção do HC n. 496.552/RJ impetrado em benefício do corréu Marcelo Dias de Azevedo, que, em 7/3/2019, foi indeferido liminarmente.

É o relatório.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado na Súmula 691 do Pretório Excelso, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

In casu, da análise dos autos, ao menos em um juízo perfunctório, própria desta fase procedimental, verifica-se que o pedido formulado, além de revestir-se de plausibilidade jurídica, está amparado pelo *periculum in mora*, sendo o caso de deferir-se a medida de urgência.

Em 8/1/2019, o Ministério Público estadual ofereceu denúncia em desfavor do ora paciente pelos seguintes fatos tidos por delituosos (fls. 51/74):

1 - A contextualização das investigações

O presente procedimento investigatório foi instaurado para apurar a atuação de organizações criminosas atuantes nos cartórios de notas e registro de imóveis de Nova Iguaçu - RJ e adjacências, iniciado a partir de uma *notitia criminis* falsa feita por Marcelo Azevedo, dando conta que algumas pessoas teriam invadido um terreno de propriedade de sua sogra, Sra. Jurema, localizado na Av. Maranhão, nº 460, esquina com Estrada D, Posse, Nova Iguaçu.

Nesse contexto, o Sr. Marcelo apresentou documentos demonstrativos de propriedade falsos, o que deu início a um longo trabalho de investigação nos cartórios da cidade, sendo posteriormente constatada uma série de irregularidades, inicialmente no 10º ofício de notas e 2º RGI.

No transcorrer das investigações foi comprovado através de exame pericial que acompanha a presente (vide Doc. 4.0), que o registro apresentado por Marcelo na ocasião da elaboração da *notitia criminis* era falso, de forma que este obteve a transferência imobiliária de forma criminosa com a participação determinante dos tabeliães e funcionários do 10º ofício de notas e 2º Registro Geral de Imóveis.

Após inúmeras diligências realizadas em sede policial e ministerial, tais como buscas e apreensões e interceptações telefônicas, várias escrituras, registros e certidões falsos foram identificados nestes cartórios e em outros localizados na Baixada Fluminense, fatores indicativos da existência de uma grande organização criminosa que atua em parceria com grileiros, agentes imobiliários e políticos locais, fraudando e adulterando a propriedade imobiliária e a posse legítima de inúmeras pessoas.

Os denunciados se aproveitaram da fiscalização precária exercida em sua atividade cartorária, bem como a linguagem própria e a especificidade do serviço notarial para adulterarem escrituras públicas e o registro de imóveis de forma grosseira e reiterada, tomando a propriedade de imóveis alheios em prol de seus interesses financeiros e econômicos, demonstrando total desprezo pela relevância dos registros públicos.

Além disso, o Ministério Público identificou uma série de delitos de naturezas diversas, o que fez com que o objeto da investigação tenha sofrido uma expansão e se direcionado também à apuração desses fatos novos que foram descobertos, o que acaba por demonstrar a extensão da atuação desta organização criminosa.

A título de exemplificação, o *Parquet* constatou que vários imóveis que tiveram suas escrituras e registros falsificados, foram vendidos para terceiros por um valor muito baixo, e, posteriormente, foram novamente revendidos com o valor absurdamente superior a transação antecedente, o que se traduz em sérios indícios do crime de lavagem de dinheiro, previsto na lei 9.613/98.

Utilizando esse *modus operandi*, os criminosos negociaram vários imóveis em um esquema de compra e venda sucessivas, com uma variação assustadora nas

suas avaliações e revendas, sem que o registro de imóveis tenha sequer suscitado dúvidas sobre as negociações, desconsiderando, inclusive, que esse é o seu dever legal, conforme expressa (sic) do art. 9, parágrafo único, XIII e art. 11 da lei 9.613/98.

Além disso, como o valor da avaliação do imóvel é determinante para a arrecadação do ITBI, esse esquema fraudulento de vendas sucessivas lesionou a arrecadação do referido tributo, existindo graves indícios da prática do crime de sonegação fiscal praticados pelos denunciados e servidores públicos da Prefeitura de Nova Iguaçu.

Lamentavelmente, conforme consta nos autos, a lesão aos cofres públicos foi bem mais extensa do que transparece. O erário municipal foi severamente atingido com a edição da lei complementar municipal nº 43/15, cuja iniciativa foi do então Prefeito de Nova Iguaçu, Sr. Nelson Bornier (fl. 410 - Doc. 3.0 - volume I).

Esta lei promoveu uma renúncia fiscal significativa, com o perdão de dívidas milionárias dos cartórios com a arrecadação de ISS, sem nenhuma contrapartida para o Município de Nova Iguaçu. A flagrante violação do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal caracteriza ato grave de improbidade administrativa de todos os envolvidos, fato que já foi comunicado a Promotoria de tutela coletivo da comarca.

Nesse contexto, não surpreendeu o *Parquet* a descoberta de que os filhos do ex Prefeito Nelson Bornier, Flávia Leone Bornier, o Deputado Federal Felipe Leone Bornier, e sua irmã, Rosa Maria Bornier, foram favorecidos em uma aquisição imobiliária fraudulenta, realizadas através de sua empresa, R2F Empreendimentos Imobiliários, através de uma escritura de compra e venda falsa lavrada no 10º ofício de Nova Iguaçu, nos termos de cópias inseridas na mídia anexada em Fl. 219 dos autos principais (Doc. 1.0).

Chamou a atenção do Ministério Público a participação ativa de políticos da Baixada Fluminense em diversas fraudes apuradas neste procedimento. Fosse oferecendo terrenos para aquisição da propriedade imobiliária, quando o suposto proprietário apenas possuía a posse, ou ainda utilizando sua influência política para intimidar e extorquir legítimos proprietários e empresários da construção civil, formando assim uma espécie de suporte político para a manutenção do esquema criminoso. Todos esses fatos serão minuciosamente narrados mais adiante.

A divulgação desta investigação na mídia fez com que algumas vítimas procurassem o Ministério Público, trazendo novos fatos criminosos praticados pelos Tabeliães da Baixada Fluminense, como a Sra. Bianca Carvalho Pinto, empresária do ramo imobiliário, vítima de uma fraude praticada pelo Tabelião do 7º ofício de notas, no interior da serventia. A conduta criminosa do Tabelião provocou a falência de sua empresa e lhe causou um prejuízo de aproximadamente 12 milhões de reais.

Já Dra. Marilu de Magalhães Ferreira, advogada atuante na Comarca de Nova Iguaçu, sofre há quase quatro anos com sucessivas concussões praticadas pelos Tabeliães do 2º RGI, com cobranças e exigências injustificáveis, impedindo a vítima de obter legitimamente o registro do seu imóvel.

Todos esses fatos demonstram a existência e a ousadia da organização criminosa, bem como a extensão do prejuízo aos cofres públicos e ao patrimônio imobiliário de terceiros.

Diante da complexidade do feito, bem como o extenso número de falsificações e de crimes de espécies tão diversas, a operação será fragmentada e dividida em etapas, de forma que a primeira fase não abrangerá todos os delitos, como a fraude na arrecadação do ITBI, lavagem de dinheiro realizada no 2º ofício, sonegação fiscal, entre outros, fatos que serão objetos de outras ações penais

deflagradas por esta Promotoria de Investigação Penal.

[...]

2 - Do crime de Denúnciação caluniosa

No dia 17/02/2017, por volta das 22h00min, no interior da 58ª Delegacia de Polícia localizada Av. Henrique Duque Estarada Meyer, 149 - Alto da Posse, Nova Iguaçu, o denunciado Marcelo Dias de Azevedo, agindo de forma consciente e voluntariamente, deu causa a instauração do inquérito policial nº 0960/17/58ª DP em face de Luiz Carlos dos Santos, atribuindo-lhe a prática de fato criminoso, apesar de estar ciente de que este era inocente.

Consta nos autos que o denunciado e seu cunhado Miguel Phellipe Dias dos Santos compareceram na referida unidade policial e afirmaram para a autoridade policial que o Sr. Luzi Carlos havia invadido o terreno localizado na esquina da rua D com a Rua Maranhão, nº 460, Posse, de propriedade de Jurema de Lourdes Dias Dos Santos, sogre do denunciado, conduta que se enquadraria no crime previsto no art. 161, II do Código Penal.

Porém, conforme restou apurado, o referido imóvel pertencia ao Sr. Domingos Rodrigues, fl. 23 (Doc. 3.0 - Volume I), que havia autorizado o Sr. Luiz Carlos a residir e trabalhar no local, de forma que a narrativa do denunciado em sede policial era mentirosa, e tinha como objetivo enganar a autoridade de forma que esta o auxiliasse a retirar o Sr. Luiz Carlos do imóvel, para que assim pudesse ter o mesmo a sua disposição.

Para reforçar sua narrativa criminosa, o denunciado Marcelo apresentou escritura e certidão de ônus reais falsos em sede policial, afirmando de que o imóvel pertencia a sua sogra, Senhora Jurema, que, posteriormente, firmou acordo de delação com o Ministério Público (Doc. 1.2), pormenorizando os detalhes da fraude praticada pelo denunciado, fatos que a seguir serão narrados.

3 - Das Falsificações relativas ao imóvel localizado na rua Maranhão, n. 460

3.1 - A Fraude no 2º Registro de imóveis de Nova Iguaçu

O 2º Registro de imóveis de Nova Iguaçu é um dos mais antigos da Baixada Fluminense, já atuando no registro em período anterior a emancipação de diversos municípios da região, ocasião em que os registros eram feitos nos chamados livros de transcrição, diferente da forma atual onde cada imóvel possui uma matrícula, nos termos impostos pela lei 6.015/73.

Porém, existem imóveis antigos registrados nos livros de transcrição, sem qualquer ato praticado após a entrada em vigor da lei 6.015/73. Nestes imóveis, com o surgimento de alguma negociação, há a necessidade de abertura de uma matrícula, que uma vez criada, ficará registrada também no livro de transcrição. A abertura de matrículas é feita em ordem numérica e com cronologia temporal, sendo realizada apenas quando algum interessado movimenta o imóvel com alguma negociação, uma vez que o procedimento é extremante (sic) trabalhoso.

O Denunciado Manoel procurava esses imóveis antigos, sem movimentação e com extensão territorial significativa, e, sem qualquer provocação do titular da propriedade, abria matrículas, e as deixava paradas e registradas no livro de transcrição por anos. No transcorrer desta investigação foi possível apurar que este expediente de abertura de matrículas fazia parte do seu *modus operandi* fraudulento, pois quando algum grileiro aparecesse procurando imóveis para fraudar, já existiriam matrículas de imóveis abertas há anos, prontos para serem registrados de forma criminosa, sem levantar suspeitas.

Usando expediente parecido com este, em dia que não é possível precisar, mas entre os meses de outubro de 2016 e fevereiro de 2017, os denunciados Manoel, André Luis, Maria Evelyn e Marcelo Azevedo, agindo de forma consciente e voluntariamente, em comunhão de ações e desígnios e divisão de funções elaboraram registro imobiliário ideologicamente falso, relativo ao terreno localizado na esquina da rua D com a Rua Maranhão, nº 460, Posse, nesta comarca, a pedido do denunciado Marcelo, com o objetivo de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, mais precisamente a propriedade do respectivo imóvel, inserindo a informação falsa de que a Sra. Jurema seria a titular do bem.

Conforme consta no depoimento da Sra. Jurema, acostado às fls. 17-18 - anexo II dos autos principais (Doc. 12) - em outubro de 2016, atendendo pedido de seu genro, ela assinou documentos relativos ao registro do imóvel supracitado. Na ocasião, o denunciado Marcelo estava negociando com Ricardo Amorim a venda de um imóvel que fazia divisa com este terreno fraudado, surgindo interesse de Marcelo em oferecer outro imóvel como parte do negócio, conforme narrativa de fls. 1.434/1.435 (Doc. 3.0 - Volume VIII), e das mensagens enviadas por uma funcionária de sua empresa de nome Valquíria Miguéis, acostadas às fls. 1532/1534 (Doc. 3.0 - Volume VIII).

Cumprе destacar que os denunciados André e Manuel (sic) tinham conhecimento da existência em seu cartório de uma carta de adjudicação do formal de partilha relativo ao mesmo imóvel, conforme fls. 31/32 (Doc. 3.0 - Volume I), sendo certo que os denunciados criavam inúmeras exigências para dificultar o registro do imóvel por parte do legítimo proprietário, fato que por si só impediria a elaboração do registro da Sra. Jurema, e que reforça ainda mais a atuação dos denunciados na prática no delito.

Após obter o registro falso no 2º RGI, em 17/02/2017, o denunciado Marcelo compareceu na 58ª DP narrando que haviam invadido o imóvel de sua sogra, praticando assim o delito de denúncia caluniosa, conforme já imputado nesta denúncia. Após a realização de diligências policiais, foi descoberta a falsidade da documentação apresentada, o que fez com que o cartório do 2º RGI se tornasse o centro das investigações.

3.2 - A falsificação do livro de transcrição no 2º Registro de imóveis de Nova Iguaçu

Nos termos do que foi narrado, os imóveis registrados apenas nos livros de transcrição, com o surgimento de alguma negociação surge a necessidade de abertura de uma matrícula, que deve ficar anotada também no livro de transcrição, nos termos da lei 6.015/73.

Conforme se observa à fl. 128 dos autos principais (Doc. 01), o imóvel localizado na esquina da rua D com a Rua Maranhão, nº 460, Posse, teve a sua matrícula de nº 53.419 supostamente aberta e lançada no livro de transcrição em 01/12/2017. É possível constatar que a anotação no livro estava lançada a lápis. Posteriormente, a denunciada Maria Evelyn lançou o carimbo "sem efeito" e, na mesma página, corrigiu a data da matrícula para 01/02/2017.

Na tentativa de corrigir mais uma vez e disfarçar a fraude, a funcionária fez uma terceira correção, agora afirmando que a data da criação da matrícula foi 01/12/2017, conforme fotografia abaixo. Cronologicamente isso demonstra a fraude, pois não seria possível abrir a matrícula do imóvel 53.419 em dezembro de 2017, quando o denunciado Marcelo compareceu em fevereiro de 2017 na 58ª Delegacia Policial portando o registro imobiliário do mesmo.

De acordo com seu depoimento prestado no Ministério Público (fls. 126-127, Doc. 01), a denunciada afirmou que a anotação feita a lápis não foi feita por ela. Entretanto, ela afirmou categoricamente que a matrícula do imóvel foi aberta em

01/12/2017, e que todos os lançamentos feitos no livro de transcrição passam obrigatoriamente pela aprovação dos tabeliães André e Manoel, narrativa que reforça o vínculo subjetivo existente entre os denunciados.

A Sra. Jurema confirmou em depoimento prestado nesta Promotoria de Investigação Penal (Fls. 17-18, anexo II dos autos principais - Doc. 12), que assinou documentos em outubro de 2016, narrativa que apresenta a cronologia correta, pois em fevereiro de 2017 o denunciado Marcelo apresentou o registro do imóvel em sede policial. Desta forma, as anotações lançadas no livro de transcrições supracitadas são ideologicamente falsas e corrobora a participação determinante dos tabeliães Manuel 9sic), André e da funcionária Maria Evelyn na empreitada criminosa.

Ademais, o selo EBVP69596 utilizado no registro do imóvel foi verificado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (fls. 542 - Doc. 3.0 - Volume III), e a data indicativa do registro foi em 01/02/2017, constando inclusive a sua matrícula nº 53.419, o que refuta a narrativa dos denunciados.

Desta forma, em data que não é possível precisar, mas entre os meses de outubro de 2016 e fevereiro de 2017, os denunciados Manoel, André Luis e Maria Evelyn, agindo de forma consciente e voluntariamente, em comunhão de ações e desígnios e divisão de funções, inseriram informações falsas no livro de transcrição, com o objetivo de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, mais precisamente a data de abertura da matrícula do imóvel localizado na esquina da rua D com a Rua Maranhão, nº 460, Posse, matrícula nº 53.419.

Após a descoberta da fraude no registro imobiliário, os denunciados tentaram, sem êxito, cobrir os seus ratos, mas para tal, cometeram mais crimes, envolvendo também o 10º ofício de notas.

3.3 - A fraude na elaboração da escritura pública

Em data não definida nos autos, porém após a descoberta da elaboração de registro imobiliário falso, em meados de 2017, no interior do 10º ofício localizado na Rua Getúlio Vargas, nº 113, Centro, Nova Iguaçu, os denunciados Marcelo Dias de Azevedo, Casemiro Silva Netto, Manuel (sic) José da Silva, André Luis da Silva e Wanderley Coelho de Souza, agindo de forma consciente e voluntariamente, em comunhão de ações e desígnios e divisão de funções, falsificaram escritura pública, livro cartorário e outros documentos públicos de forma que a propriedade imobiliária do terreno localizado na esquina da rua D com a Rua Maranhão, nº 460, Posse, fosse transferida para a Sra. Jurema de Lourdes Dias Dos Santos, sem a anuência do legítimo proprietário.

Consta nos autos que os denunciados Casemiro Silva Neto e Wanderley Coelho de Souza, respectivamente Tabelião e funcionário do 10º ofício de notas, conscientes e voluntariamente, atendendo solicitação dos denunciados Marcelo Azevedo, Manoel e André Luis, inseriram informações falsas em documento público, mais precisamente na escritura pública de fls. 550/551 (Doc. 3.0 - Volume III) e na respectiva certidão de fls. 94/96 (Doc. 3.0 - Volume I), com o fim de prejudicar direito e alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Nos mencionados documentos públicos, os denunciados atestam que a Sra. Jurema havia adquirido o imóvel supracitado em 20 de março 1991, cujo proprietário seria o Sr. João Marques Pereira. Porém, após a análise dos documentos que instruíram a escritura, verifica-se que esta foi lavrada sem o CPF do vendedor, exigência comum neste tipo de documento imobiliário. Além disso, o vendedor João Marques já havia falecido em 1980, onze anos antes da suposta compra e venda.

Apenas em 22/12/2016 a escritura (lavrada em 1991) foi levada para registro

no 2º RGI, coincidentemente um mês após a confecção do CPF do Sr. João Marques. Ou seja, o Sr. João Marques faleceu em 23/01/1980, "vendeu" seu imóvel em 20/03/1991, "confeccionou" seu CPF em 23/11/2016 e o registro da escritura foi realizado em fevereiro/2017, fatos que demonstram de forma incontestada a fraude praticada pelos denunciados.

E tem mais. Além do CPF do vendedor constante no registro de imóveis ter sido confeccionado muitos anos após a data de sua morte e a data de "venda", o documento de identidade do Sr. João Marques que instruiu o dossiê, qual seja, o RNE W084951-U expedido pelo SPMAF/SR/RJ em 1989, não pertence a ele, mas sim a terceira pessoa identificada como Anne Thereze Marie.

3.4 - A Fraude no livro 30 FS do 10º ofício

Em data não definida nos autos, porém após o dia do depoimento da Sra. Jurema em sede policial realizado em 22/02/2017 (Vide Fls. 67 - 70 Doc. 3.0 - Volume I), no interior do imóvel do denunciado Marcelo Dias de Azevedo, localizado na rua Mauro de Almeida Flores, nº 15, Nova Iguaçu, os denunciados Casemiro Silva Netto, Wanderley Coelho de Souza e Marcelo Dias de Azevedo, de forma consciente e voluntariamente, agindo com comunhão de ações e desígnios e divisão de funções, falsificaram documento público, mais precisamente o livro 30 FS, fls. 100, local onde estava anotada a escritura pública falsificada pelo grupo, relativa a venda do imóvel localizado na esquina da rua D com a rua Maranhão, nº 460, Posse, nesta comarca.

Como toda escritura, registros ou certidões deve ser objeto de anotações específicas nos livros cartorários, local onde deve constar as assinaturas dos envolvidos, não bastava que os denunciados apenas "criassem" uma escritura pública falsa. Para não deixar rastros, foi necessário que os denunciados fossem ainda mais ousados, chegando ao extremo de falsificar também o livro supracitado.

Consta nos autos, mais precisamente no depoimento da Sra. Jurema (Fls. 17-18 - anexo II dos autos principais - Doc. 1.2), narrativa no sentido de que um funcionário do 10º ofício de notas compareceu na residência do denunciado Marcelo Dias Azevedo portando o livro nº 30 FS, ocasião em que a sogra do denunciado assinou no campo mencionado às fls. 100. Em exame pericial de fls. 04 do anexo de exames periciais (Doc. 4.0) ficou comprovada a falsidade material, tendo o perito atestado que:

As páginas questionadas foram inseridas no livro 30 FS mediante implante por cola, divergente dos documentos oficialmente incluídos ao livro por costura por linha.

As páginas questionadas apresentam brasão, título, moldura e texto impressos com auxílio de impressora divergente ao estilo de impressão empregado na produção destes elementos gráficos vistos nas demais folhas que compõem o livro.

As páginas questionadas apresentam as marcas de carimbo impressas em estilo jato de tinta em cores; divergindo, portanto, do estilo de impressão flexográfico das marcas de carimbo que são empregadas nas demais folhas que constituem o livro examinado.

Tais folhas apresentam simulação de envelhecimento no papel, percebidos através de posicionamento irregular de manchas, bem como tonalidade divergente das demais folhas.

Os exames periciais de fls. 17/33 (Doc. 4.0) do apenso com os resultados das perícias dos livros apreendidos no 10º ofício, comprovaram a ocorrência de

inúmeras fraudes em inúmeros imóveis, fatos que ainda serão investigados pelo Ministério Público, mas que demonstram que crimes idênticos aos que são objetos desta denúncia vêm sendo cometidos pelos denunciados há muitos anos, sendo incalculável a extensão dos danos que a conduta criminosa causou.

4 - Do crime de Lavagem de Dinheiro

Consumado os delitos antecedentes e com o objetivo de dissimular e ocultar a propriedade imobiliária obtida de forma fraudulenta, os denunciados Marcelo Dias de Azevedo, André Luis da Silva e Manoel José da Silva, todos agindo de forma consciente e voluntariamente, ocultaram a propriedade do bem do denunciado Marcelo, e colocaram a Sra. Jurema de Lourdes Dias Dos Santos como a proprietária do imóvel fraudado, com o nítido intuito de aparentar certa licitude na transação efetuada, afastando o bem de sua origem criminosa e ocultando o seu real proprietário.

Consta nos autos a informação de que o denunciado Marcelo estava negociando com Ricardo Amorim um empreendimento comercial que envolvia a compra de um imóvel localizado na Rua Gonçalves Dias, antiga rua C, adquirido por R\$ 8.000.000,00. Após uma discordância relacionada aos termos do negócio, o Sr. Ricardo Amorim ajuizou uma ação na vara cível de Nova Iguaçu, cujas cópias acompanham a presente (Vide anexo I dos autos principais - Doc. 1.1). Nesse período, o denunciado Marcelo ofereceu o terreno que adquiriu de forma fraudulenta para Ricardo Amorim, localizado ao lado do imóvel envolvido no litígio, ou seja, na esquina da rua D com a Rua Maranhão, nº 460, Posse, nesta comarca.

Para ocultar a forma criminosa e fraudulenta que adquiriu o imóvel da Rua Maranhão e viabilizar o prosseguimento das negociações, os denunciados Marcelo, André Luis e Manoel registraram o imóvel em nome da Sra. Jurema, mãe da ex companheira do denunciado Marcelo, realizando todos os elementos da figura típica do crime de lavagem de dinheiro.

Cumprido destacar que a ocultação no crime de lavagem deve trazer consigo a finalidade específica de emprestar aparência lícita aos valores decorrentes do crime. A conduta dos denunciados não foi um mero desdobramento natural do delito antecedente, uma vez que a colocação do imóvel em nome da Sra. Jurema foi uma forma peculiar e eficiente de dificultar a punição do Estado. Não se trata de mero aproveitamento do crime antecedente, ou seja, o proveito econômico ou o usufruto da infração antecedente, mas sim, de um mascaramento do produto da infração penal antecedente.

Ademais, o denunciado Marcelo ofereceu este imóvel como parte de um negócio a Ricardo Amorim, conforme depoimento de fls. 1434 (Doc. 3.0 - Volume VIII).

Em relação aos denunciados André Luis e Manoel, tendo em vistas as características da função notarial, é possível afirmar que estes apenas deveriam ter praticado qualquer ato após verificarem que se trata de ato regular, conforme determina a legislação, ou seja, que não esteja eido de nulidade e que também seja adequado à vontade das partes.

Neste contexto, o artigo 9º, XIII da lei 9.613/98 transformou os notários e tabeliães em garantidores do crime de lavagem de dinheiro, de forma que, além do dever legal inerente a sua função, a legislação estabeleceu uma série de obrigações e sanções no que se refere à realização de atos notariais em situações que apresentem indícios do crime de lavagem.

Desta forma, os denunciados Marcelo, André Luiz e Manoel, com uma única ação promoveram o registro falso e, com autonomia de desígnios, realizaram também a figura típica contida no artigo 1º da lei 9.613/98, colocando em nome da

sogra de Marcelo o imóvel que este obteve de forma fraudulenta.

Cumpre destacar que era dever legal dos Tabeliães e denunciados André e Manoel não efetuar o registro e, principalmente, não registrá-lo em nome da Sra. Jurema, uma vez que era incontestável a ocultação de patrimônio típica do crime de lavagem de dinheiro.

Ainda que os denunciados André e Manuel (sic) afirmem a todos desconhecer os documentos falsos e todo o esquema fraudulento, devemos aplicar aqui a teoria da Suprema Corte Norte Americana, conhecida por vários nomes, tais como "*Willful Blindness Doctrine*", "*Ostrich Instructions*", "*Conscious Avoidance Doctrine*", entre outros. Essa teoria foi criada para as situações em que um agente finge não enxergar a ilicitude da procedência de bens, direitos e valores, mantendo-se ignorante acerca das circunstâncias que eram penalmente relevantes com o intuito de auferir vantagens.

Insta salientar que para sua aplicação é necessário que o agente tenha conhecimento da elevada possibilidade de que os bens, direitos ou valores sejam de origem criminosa e que ainda assim, o indivíduo tenha agido de modo indiferente a esse conhecimento, punindo aquele que se coloca, intencionalmente, em estado de desconhecimento ou ignorância, para não conhecer detalhadamente as circunstâncias fáticas de uma situação suspeita.

Na hipótese dos autos, os denunciados e tabeliães André e Manoel tinham a plena ciência da procedência criminosa do bem, uma vez que participaram ativamente no crime antecedente na condição de coautores, conforme imputação descrita nesta denúncia.

5 - Do crime de Estelionato

Desta forma, em dia que não é possível precisar, mas entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017, os denunciados Manoel, André Luís, Maria Evelyn e Marcelo Azevedo, agindo de forma consciente e voluntariamente, em comunhão de ações de desígnios e divisão de funções, obtiveram vantagem ilícita com prejuízo alheio, mais especificamente o Sr. Domingos Rodrigues Gonçalves, legítimo proprietário do imóvel localizado na esquina da rua D com a Rua Maranhão, nº 460, Posse, Nova Iguaçu.

As inúmeras falsificações praticadas pelos denunciados não se esgotaram na transferência imobiliária fraudulenta, característica do crime de estelionato, o que levaria a aplicação da súmula 17 do STJ. Na hipótese dos autos o expediente fraudulento foi utilizado também para a prática do crime de lavagem de dinheiro e de denúncia caluniosa, o que afasta o princípio da consunção e impõe a aplicação das regras do concurso de crimes. [...]

Ademais, conforme depoimento da testemunha Ricardo Amorim às fls. 1.434/1.435 (Doc. 3.0 - Volume VIII), o denunciado Marcelo lhe disse que conseguiria reduzir o valor do ITBI do imóvel adquirido por ele, sugerindo existir uma espécie de "esquema" com um funcionário da Prefeitura de Nova Iguaçu que sonega ou reduz o tributo municipal mediante pagamento de valores previamente acordados, fato que também demonstra que as falsificações praticadas não se esgotaram no estelionato, Nesse sentido, vale transcrever trecho do depoimento da testemunha:

"Que Marcelo disse para o declarante que teria um funcionário da Prefeitura que teria como reduzir o valor do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) do imóvel, mas para isso o declarante deveria pagar propina para algum funcionário; que o declarante não aceitou a proposta ...".

Nos termos da súmula 17 do Superior Tribunal de Justiça, quando o falso se

exaure no estelionato, sem mais potencialidade ofensiva, é por este absorvido. Assim, o delito de falso fica absorvido pelo de estelionato na hipótese do documento falsificado, quando usado, ter perdido a potencialidade ofensiva, não mais podendo ser utilizado em outra empreitada criminosa.

Segundo este princípio "a norma definidora de um crime constitui meio necessário ou fase normal de preparação ou execução de outro crime", assim, deve ser aplicado quando há razoável inserção na linha causal do crime final, com o esgotamento do dano social no último e desejado crime, que faz as condutas serem tidas como únicas (consunção) e punindo-se somente o crime último da cadeia causal, que efetivamente orientou a conduta do agente. [...]

Na hipótese dos autos, as questões fáticas respectivas não se adequam ao teor da referida súmula, uma vez que as informações falsas inseridas no registro do imóvel e nas escrituras públicas, não esgotaram sua potencialidade lesiva, na medida em que as escrituras forma utilizadas diversas vezes, "autorizando" a elaboração de novos documentos falsos, que transcederam o estelionato.

Ademais, o estelionato se consumou bem antes das falsificações do livro de transcrição, do livro 30 FS do 10º ofício e da escritura pública de compra e venda assinada pela Sra. Jurema, sendo impossível afirmarmos que o falso foi o meio necessário para a prática de um crime já consumado. Na verdade, as diversas falsificações praticadas após crime contra o patrimônio foram uma forma desesperada de ocultar todo o esquema criminoso.

Por ocasião do recebimento da denúncia, em 21/2/2019, o Magistrado singular decidiu pela decretação da prisão preventiva nestes termos (fls. 128/135 – grifo nosso):

Procedimento Investigatório Criminal n. 01/2018
(Oriundo do IP 058-00866/2017)
Operação Lázaro

DECISÃO

Trata-se de denúncia em face de **1) Marcelo Dias de Azevedo, 2) Casemiro Silva Netto, 3) Carlos Magno Ferreira da Costa, 4) Marco Aurélio Ferreira Silva, 5) Victor Hugo Ferreira Silva, 6) Geneci Venâncio, 7) Altair Julião Senra, 8) Rodrigo Ferreira Magalhães, 9) Manoel José da Silva, 13) Osmar da Silva Muzi, 14) Leila Conceição Felippelli Tedesco Muzi, 15) Zarathustra Sunur Sondahl, 16) José Valter Dias (vulgo Valtinho de Belfor Roxo), 17) Arthur Fabiano Lima de Andrade (vulgo Arthur Legal), 18) José Sérgio Antunes da Silva e 19) Eliseu Vianna da Silva**, pela suposta prática de diversos crimes dentre eles falso, estelionato, lavagem de dinheiro dentre outros, sendo a maioria dos denunciados parte de uma organização criminosa que teria como objeto fraudar o mercado imobiliário na Baixada Fluminense.

Junto com a denúncia o *parquet* formulou pedido de decretação da prisão preventiva de 1 - Casemiro Silva Netto; 2- Carlos Magno Ferreira da Costa; 3-Marco Aurélio Ferreira Silva; 4- Victor Hugo Ferreira Silva; 5-Geneci Venâncio; 6-Rodrigo Ferreira Magalhães; 7-Manoel José da Silva; 8-Mria Evelyn Cersosimo; 9-André Luis da Silva; 10-Wanderley Coelho de Souza; 11-Zarathustra Sunur Sondahl; 12-José Sérgio Antunes da Silva; 13-Eliseu Vianna da Silva; 14-Osmar da Silva Muzi; 15-Marcelo Dias de Azevedo; 16-José Valter Dias (Valtinho de Belford Roxo) e 17-Arthur Fabiano Lima de Andrade (Arthur Legal), diante da presença do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*,

traduzido este, no requerimento, na necessidade de garantia da aplicação da Lei Penal.

DO SEGREDO DE JUSTIÇA

Inicialmente, há que se decretar o segredo de justiça da presente hipótese, eis que os fatos narrados são de extrema gravidade e envolvem pessoas de grande influência na localidade. Além disso, o fato de se tratar de Comarca pequena, aumenta o risco de vazamento de informações, fato este que, por certo, acarretaria prejuízo à investigação criminal, tenho por bem decretar o segredo de justiça nos presentes autos com fundamento no artigo 5º, XXXIII da CF e 20 do CPP.

DA PRISÃO PREVENTIVA

De início, consigne-se que a prisão preventiva tem previsão legal nos artigos 311 a 316 do Código de Processo Penal, com especificação do exigido a título de lastro probatório e do caracterizador de risco a interesses diretamente relacionados à tutela do processo ou de bens jurídicos penalmente protegidos.

No caso presente, tem-se como bem evidenciado o *fumus comissi delicti*, traduzido na letra da lei como "**prova da existência do crime e indício suficiente de autoria**".

Evidente, no caso, que não está o legislador, ao se referir a indício suficiente de autoria, a falar da espécie de prova denominada indício (artigo 239, CPP), pois esta é prova, assim como são os testemunhos, os documentos, o reconhecimento de pessoas e coisas, a confissão, etc..

Em verdade, indício no sentido que lhe empresta o artigo 312, CPP, configura, em verdade, indício de prova e não, frise-se, prova indiciária.

Assim, por indício de prova da autoria está a Lei a indicar qualquer começo de prova, seja de que espécie for dentre aquelas indicadas no Código de Processo Penal.

A tal exigência de indício de prova a Lei agrega a qualidade de suficiente, passando a mensagem da necessidade, no que toca a autoria, de lastro probatório razoável, capaz de tranquilizar a consciência do juiz.

Conforme o *fumus comissi delicti* além dos indícios suficientes probatórios que afastem dúvida razoável sobre a existência do fato criminoso.

No caso em tela a farta documentação acostada aos autos suprem a necessidade legal.

Ressalte-se ainda que no caso em concreto, infelizmente nenhuma das medidas cautelares diferentes da prisão se mostram adequadas. Para a aplicação dessas medidas, deve-se levar em conta o princípio da proporcionalidade, ou seja, a medida cautelar deve ser necessária e adequada à situação fática que se apresenta.

Segundo consta nos autos, denunciados (1-Casemiro Silva Netto; 2-Carlos Magno Ferreira da Costa; 3-Marco Aurélio Ferreira Silva; 4-Victor Hugo Ferreira Silva; 5-Geneci Venâncio; 6-Rodrigo Ferreira Magalhães; 7-Manoel José da Silva; 8-Maria Evelyn Cersosimo; 9- André Luis da Silva; 10-Wanderley Coelho de Souza; 11- Zarathustra Sunur Sondahl; 12- José Sérgio Antunes da Silva; 13-Eliseu Vianna da Silva; 14-Osmar da Silva Muzi; 15-Marcelo Dias de Azevedo; 16-José Valter Dias (Valtinho de Belford Roxo) e 17-Arthur Fabiano Lima de Andrade (Arthur Legal) faziam parte de uma organização criminosa com vários núcleos, sendo cada núcleo liderados por seus tabeliães e substitutos. Grileiros contavam, em tese, com a ajuda dos tabeliães para identificarem imóveis que estavam

sem movimento há muitos anos, imóveis antigos e com área bastante extensa que ainda não tinham matrícula e que constassem apenas nos livros de transcrição.

Há que se considerar quer seja pela posição que ocupam, pelo cargo que exercem, seja pela influência que possuem perante à sociedade na Baixada Fluminense ou mesmo pelos contatos que estabelecem, não há dúvidas de que os denunciados podem vir a ocultar ou destruir provas e coagir testemunhas.

Ressalte-se que os denunciados Casemiro (Tabelião), Carlos Magno (exerce função notarial), Marco Aurélio (exerce função notarial), Vitor Hugo (exerce função notarial), Geneci (Tabeliã substituta), Rodrigo (ex-funcionário do 2º RGI e 10º Ofício de Notas), Manoel (Tabelião), Maria Evelyn (auxiliar de cartório), André Luis (Tabelião), Wanderley (Tabelião), Zarathustra (Tabelião), José Sérgio (Tabelião) e Eliseu (funcionário do 7º Ofício de Notas) têm grande facilidade em ocultar e destruir provas na medida em que os livros, escrituras, selos e registros ficam sob a guarda destes em razão da função que exercem.

Pontue-se, outrossim que Carlos Magno é cunhado de Casemiro e exerce a função notarial há mais de 10 anos, sendo Vitor Hugo e Marco Aurélio filhos de Casemiro que também exercem função notarial.

Com relação à Rodrigo Ferreira, observa-se este atualmente trabalha como corretor de imóveis, mas já foi funcionário do 2º RGI e do 10º Ofício de Notas de Nova Iguaçu, sendo sobrinho de Casemiro e, segundo a denúncia, testemunhas afirmam que este tem livre acesso ao 10º Ofício de Notas, tendo, inclusive, a chave do cartório.

Vale destacar que algumas vítimas e testemunhas foram ameaçadas no curso da investigação.

Nos autos constam ameaças feitas pelo denunciado Osmar à vítima Bianca, tendo o *stand* de vendas sua sociedade empresária sido metralhado, fato este registrado na 54ª DP.

À fl. 48 informa o *parquet* que Osmar e José Valter Dias teriam ameaçado a vítima Bianca através do emprego de grave ameaça, consistente em suspender as licenças de construção ambientais já concedidas pelo Município, como também incriminá-la pela prática de crime ambiental praticado por Osmar no terreno.

Consta denúncia que o denunciado Arthur Fabiano teria procurado a vítima e exigido que esta pagasse determinada quantia de forma mensal, como ajuda de campanha, além de realizar obras em seu reduto eleitoral, sob pena de esta se tornar ré em ação civil pública em razão de dano ambiental praticado por Osmar. Na peça ministerial consta ainda que o referido acusado a teria ameaçado afirmando que iria manipular a imprensa contra a vítima, divulgando que sua empresa estaria praticando crimes ambientais na região.

Tais fatos demonstram que a liberdade os (sic) referidos acusados (Osmar, José Valter Dias e Arthur Fabiano) efetivamente podem pôr em risco o sucesso da instrução penal.

Observe-se que a ação civil pública foi efetivamente proposta.

Já Marcelo Dias de Azevedo parece ter grande influência em diversos órgãos Públicos, o que pode vir a prejudicar o andamento das investigações através de possível tráfico de influências.

A liberdade dos integrantes da suposta organização criminosa acarreta vulneração à ordem pública, em decorrência do risco concreto de reiteração criminosa.

Ressalte-se que o denunciado Casemiro foi preso em flagrante quando tentava subornar o Delegado que presidia o inquérito nº 866/17 para que este interrompesse as investigações, apurado no processo de nº 0320096-62.2017.8.19.001 que tramita nesta Vara.

Cabe colacionar o entendimento de nossa Corte Maior em casos semelhantes, vejamos: [...].

Nesse sentido, entendo presentes o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*, consistente na vulneração da ordem pública e no risco de não aplicação da Lei Penal. Isso posto, decreto a prisão preventiva dos acusados [...]

E o Desembargador Relator a manteve, sob estas razões (HC n. 0013725-90.2019.8.19.0000 – fl. 162 – grifo nosso):

Trata-se de paciente denunciado com diversos corrêus, sendo-lhe imputada a prática de diversos crimes. Embora as infrações tenham sido cometidas, em tese, sem violência ou grave ameaça, foram perpetradas envolvendo pessoas ligadas à Justiça e que deveriam ter outro tipo de atitude. Esse tipo de comportamento, num primeiro momento, afronta a ordem pública.

Penso que neste momento, mostra-se prematuro o deferimento da sua liberdade, frisando que a questão será examinada com mais vagar quando da apreciação do mérito.

Estamos a falar de um grupo que grilava terras, falsificava escrituras e registros de imóveis e alguns desses membros tem proferido ameaças a algumas testemunhas.

Por tais razões, indefiro a liminar.

Ouçã-se a Procuradoria de Justiça e voltem-se os autos conclusos.

Pois bem. Sempre sustentei ser inadmissível a prisão de natureza cautelar – seja lá qual for a espécie de crime – **despida de real fundamentação**.

A meu ver, a prisão cautelar não pode existir *ex lege*, devendo resultar de **ato motivado do juiz**. Afinal, ante o caráter extraordinário da privação cautelar da liberdade individual, não se decreta nem se mantém prisão cautelar sem que haja **real necessidade de sua efetivação**, sob pena de ofensa ao *status libertatis* daquele que a sofre.

No caso sob exame, verifica-se que a decretação da prisão preventiva, **no que concerne especificamente ao ora paciente, não está objetiva e concretamente embasada**, limitando-se apenas ao apontamento de risco à instrução criminal em razão do cargo que exercem - *podem vir a ocultar ou destruir provas (têm grande facilidade em ocultar e destruir provas na medida em que os livros, escrituras, selos e registros ficam sob a guarda destes em razão da função que exercem)* e coagir testemunhas (fl. 131) e em face da *vulneração à ordem pública e no risco concreto de reiteração criminosa* (fl. 133), o que, no meu sentir, revela-se totalmente inadmissível para justificar e amparar a custódia cautelar, visto que se traduz em mera possibilidade, despida, pois, da

indicação de elementos concretos e reais.

Com efeito, entendo, à primeira vista, que, para se evitar tal risco, basta a imposição de medidas cautelares diversas – tal como a proibição de acesso às instalações dos cartórios sob investigação (2º RGI e 10º Ofício de Notas de Nova Iguaçu/RJ). Como se não bastasse, crucial registrar, como fator inibitório do risco mencionado no decreto prisional, o episódio de ter havido, também, a determinação de busca e apreensão em endereços relacionados ao ora paciente.

Quanto ao risco concreto de reiteração, entendo como inexistente, considerando que o crime imputado ao paciente decorre do exercício funcional, no qual, segundo consta dos autos, já não está mais desempenhando.

De se destacar, ainda, como mais um motivo para afastamento da segregação, a ausência de contemporaneidade entre a medida cautelar extrema (**decretada em 21/2/2019, por ocasião do recebimento da denúncia – fls. 128/139**) e os fatos ensejadores de sua decretação (**entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017 – fls. 46/1275**).

Por derradeiro, no que concerne à coação de testemunhas no curso da investigação, do que consta do decreto prisional, verifica-se que a ameaça concreta ocorreu, expressamente, por parte dos corréus Osmar, José Valter Dias e Arthur Fabiano (fl. 37), **não se tendo atribuído, relativamente ao ora paciente, nenhum apontamento específico.**

Presente essa moldura, **defiro** a medida liminar para, por ora, substituir a prisão cautelar imposta ao paciente por medidas cautelares diversas, a saber: a) proibição de contatar quaisquer das pessoas envolvidas nos fatos sob apuração (com exceção dos corréus Casemiro – pai do ora paciente – e Vitor Hugo – seu irmão); b) proibição de acesso às instalações do 2º Registro Geral de Imóveis; e c) proibição de acesso às instalações do 10º Ofício de Notas. Pode o Juízo de primeiro grau competente **fixar outras medidas alternativas que entender pertinentes ao "contexto fático"**.

Destacando que esta decisão não prejudica o exame do HC n. 0013725-90.2019.8.19.0000 pelo Tribunal Pleno da Corte local, solicitem-se

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

informações pormenorizadas ao Desembargador Relator do caso e, com essas, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Comunique-se com urgência.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

